



ISSN: 2595-1661

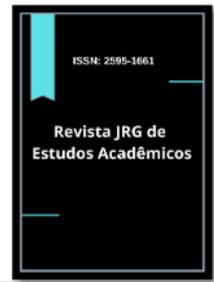
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Educação física escolar e promoção da saúde: uma revisão sistemática sobre desafios e perspectivas nas escolas públicas

Physical Education and Health Promotion: A Systematic Review on Challenges and Perspectives in Public Schools

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2417

ARK: 57118/JRG.v8i19.2417

Recebido: 21/08/2025 | Aceito: 29/08/2025 | Publicado *on-line*: 01/09/2025

Elias dos Anjos Verçosa¹

<https://orcid.org/0009-0002-9047-7162>

<http://lattes.cnpq.br/3635630009767959>

Universidade Federal do Acre, AC, Brasil

E-mail: eliasvercosa@gmail.com

Jhonatan Gomes Gadelha²

<https://orcid.org/0009-0005-2307-2431>

<http://lattes.cnpq.br/2100801163829902>

Universidade Federal do Acre, AC, Brasil

E-mail: jhonatan.gadelha@ufac.br



Resumo

Objetivo: Revisar sistematicamente a relação entre Educação Física e saúde no contexto da escola pública, identificando desafios e estratégias de promoção da saúde. **Método:** Realizou-se uma busca nas bases de dados Periódicos Capes, Scielo e Google Acadêmico, entre 2005 e 2024, utilizando descritores combinados. Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol, avaliados por meio dos instrumentos STROBE e Checklist de Downs & Black. **Resultados e Discussão:** Quatro artigos foram selecionados. Os resultados indicam que intervenções para aumento da atividade física nem sempre são eficazes, a prevalência de hipertensão arterial em adolescentes está associada ao excesso de peso, e há desequilíbrio setorial na implementação de programas intersetoriais como o PSE, com predominância do setor saúde. **Conclusão:** A Educação Física nas escolas públicas deve transcender a prática esportiva, incorporando determinantes sociais e ambientais da saúde. É necessária uma abordagem intersetorial equilibrada para efetividade das ações de promoção da saúde.

Palavras-chave: Educação Física. Saúde Escolar. Escola Pública. Promoção da Saúde.

¹ Graduando em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Acre.

² Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Acre; Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Acre; Doutorando em Dança pela Universidade Federal da Bahia.

Abstract

Objective: To systematically review the relationship between Physical Education and health in public schools, identifying challenges and health promotion strategies. Method: A search was conducted in the Periódicos Capes, Scielo, and Google Scholar databases between 2005 and 2024, using combined descriptors. Articles in Portuguese, English, and Spanish were included and assessed using the STROBE statement and the Downs & Black Checklist. Results and Discussion: Four articles were selected. Results indicate that interventions to increase physical activity are not always effective, the prevalence of hypertension in adolescents is associated with overweight, and there is a sectoral imbalance in the implementation of intersectoral programs such as the PSE, with a predominance of the health sector. Conclusion: Physical Education in public schools must transcend sports practice, incorporating social and environmental determinants of health. A balanced intersectoral approach is necessary for the effectiveness of health promotion actions.

Keywords: *Physical Education. School Health. Public School. Health Promotion.*

1. Introdução

A Educação Física, enquanto componente curricular integrante do ambiente escolar, assume um papel crucial na promoção da saúde, especialmente no contexto das escolas públicas, onde as desigualdades socioeconômicas se mostram mais acentuadas. A partir da década de 1980, movimentos como o da Aptidão Física Relacionada à Saúde emergiram com o intuito de superar a visão estritamente biológica, até então centrada no rendimento esportivo e na aptidão física (Brasil, 1998; Ferreira, 2001). Embora tal movimento tenha buscado fomentar estilos de vida saudáveis ao longo da vida, permaneceu negligenciando fatores essenciais que influenciam a adesão à prática de atividades físicas, tais como as questões socioeconômicas e educacionais (Ferreira et al., 2012; Nahas, 2001).

Estudos evidenciam que os determinantes sociais da saúde, conforme descritos por Marmot (2005), constituem elementos fundamentais para compreender o impacto da Educação Física na vida dos estudantes de escolas públicas. De acordo com Marmot (2005), a saúde de uma população é moldada por fatores como renda familiar, acesso à educação, condições de moradia e nível de desigualdade social. No caso de discentes de escolas públicas, muitos inseridos em contextos de vulnerabilidade, tais determinantes exercem influência direta sobre suas oportunidades de praticar atividades físicas e adotar um estilo de vida saudável (Silva et al., 2018).

Conforme Monteiro et al. (2018), o consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes tem aumentado significativamente nas últimas décadas, configurando-se como um fator determinante no desenvolvimento de doenças crônicas, a exemplo da obesidade e hipertensão. A literatura também assinala que os hábitos alimentares e o ambiente escolar encontram-se profundamente interligados (Batista et al., 2020). O ambiente escolar, que deveria operar como espaço de promoção da saúde, frequentemente reflete as desigualdades sociais existentes, com estudantes de escolas públicas tendo menor acesso a alimentos saudáveis e maior exposição a uma alimentação inadequada (Bubolz et al., 2018). Tais fatores alimentares, somados à falta de atividades físicas regulares, criam um cenário desfavorável ao desenvolvimento saudável de adolescentes, aspecto particularmente preocupante no âmbito da escola pública (Tassitano et al., 2010).

No Brasil, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, visa integrar as áreas da saúde e da educação para promover ações que melhorem a qualidade de vida e o desempenho escolar dos discentes. Segundo Ferreira et al. (2012), esse programa representa um avanço significativo ao buscar garantir que os setores da saúde e da educação atuem conjuntamente na promoção da saúde estudantil. Contudo, a análise de Ferreira et al. (2012) revela que o setor saúde ainda assume um papel predominante nas ações do PSE, notadamente no financiamento e centralização das atividades, enquanto a participação do setor educacional permanece secundária. Essa assimetria pode comprometer a eficácia do programa em longo prazo, uma vez que a promoção da saúde no ambiente escolar depende de uma integração mais equilibrada entre tais setores (Kawachi; Berkman, 2000).

Outro estudo relevante é o de Corrêa Neto et al. (2014), que analisou a prevalência de hipertensão arterial em adolescentes de 17 a 19 anos de escolas públicas do Rio de Janeiro. A pesquisa identificou uma taxa de 19,4% de hipertensão entre os adolescentes, condição fortemente associada ao sobrepeso e à obesidade. Apesar de não ter sido encontrada associação significativa entre atividade física e hipertensão, os autores sugerem que a falta de infraestrutura escolar e a carência de políticas efetivas de incentivo à prática de atividades físicas podem explicar essa elevada prevalência (Prista et al., 2017).

Ademais, Neutzling et al. (2010) apontam que os hábitos alimentares de adolescentes brasileiros vêm piorando nos últimos anos, com redução no consumo de frutas e hortaliças e aumento no consumo de alimentos processados e bebidas açucaradas. Esse padrão alimentar é preocupante, uma vez que a escola, que deveria funcionar como ambiente de formação e promoção de hábitos saudáveis, frequentemente não oferece condições para tal (Souza et al., 2013). A alimentação oferecida nas escolas públicas, ainda que gratuita, nem sempre é suficiente para suprir as necessidades nutricionais dos discentes. Estudos como o de Bubolz et al. (2018) destacam que, mesmo em regiões rurais – onde o acesso a alimentos in natura poderia ser facilitado, o consumo de alimentos saudáveis entre adolescentes é baixo, com menos de 32% dos estudantes consumindo frutas mais de três vezes por semana.

Intervenções direcionadas à promoção da saúde em escolas públicas também enfrentam obstáculos. Costa et al. (2019) avaliaram a intervenção “Mexa-se”, que objetivava aumentar a prática de atividade física moderada a vigorosa e reduzir o comportamento sedentário dos discentes durante as aulas de Educação Física e nos recreios. Os resultados demonstraram que, contra expectativas, a intervenção não se mostrou eficaz. Fatores como greves e condições climáticas desfavoráveis (dias chuvosos) impactaram negativamente os resultados, evidenciando a necessidade de abordagens mais robustas e adaptáveis a esses contextos (Sallis et al., 2006). Isso indica que, embora existam esforços para promover a saúde por meio da Educação Física, os desafios enfrentados por escolas públicas – como carência de recursos e infraestrutura inadequada limitam o alcance e a efetividade dessas iniciativas.

O estudo de Oliveira (2005) também se mostra relevante para esta discussão, ao explorar as tensões entre as diretrizes da “nova saúde pública” que visam promover a autonomia dos indivíduos em relação à sua saúde e as práticas tradicionais de educação em saúde, ainda centradas na responsabilização individual. Oliveira (2005) argumenta que, para que a promoção da saúde seja efetiva, é necessário abordar os fatores estruturais que influenciam as escolhas individuais, especialmente em ambientes de vulnerabilidade social, como as escolas públicas.

Por fim, cumpre ressaltar que a promoção da saúde em escolas públicas demanda uma abordagem integrada e intersetorial. Conforme assinalado por Junqueira (2000) e Magalhães e Bodstein (2009), as políticas de promoção da saúde devem ser capazes de articular diversos setores – como saúde, educação, assistência social e mesmo infraestrutura urbana –, a fim de garantir que as escolas constituam ambientes propícios ao desenvolvimento físico e mental dos discentes. Isso inclui não apenas a oferta de aulas de Educação Física de qualidade, mas também a melhoria das condições alimentares, o apoio psicológico e o incentivo a práticas saudáveis fora do ambiente escolar (Shephard, 1996; Caspersen et al., 1985). Nesse contexto, considerou-se relevante realizar uma revisão sistemática da relação entre Educação Física e saúde na escola pública.

2. Metodologia

Esta revisão sistemática sobre Educação Física e saúde na escola pública foi conduzida seguindo os princípios estabelecidos pela declaração PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme diretrizes de Galvão et al. (2015).

A estratégia de busca foi realizada em agosto de 2024, abrangendo o período de janeiro de 2005 a agosto de 2024, nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Foram considerados artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol.

Os descritores de busca foram selecionados previamente a partir da consulta à base de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH). Utilizou-se o operador booleano "AND" para combinar os seguintes termos: "Educação física", "Saúde" e "Escola".

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos originais publicados em periódicos com revisão por pares; estudos publicados entre janeiro de 2005 e agosto de 2024; pesquisas qualitativas e quantitativas de natureza observacional e de intervenção. Foram excluídos estudos pilotos, protocolos de pesquisa, monografias, dissertações, teses e revisões sistemáticas.

Dois revisores independentes (E.A.V. e N.O.F.) realizaram a avaliação da qualidade metodológica dos estudos selecionados. Para os estudos observacionais, utilizou-se o instrumento STROBE (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology), conforme proposto por Malta et al. (2010), adotando-se o ponto de corte de 18 pontos. Esta ferramenta compreende uma checklist de 22 itens que avaliam a qualidade do relato nas seções de título, resumo, introdução, metodologia, resultados e discussão.

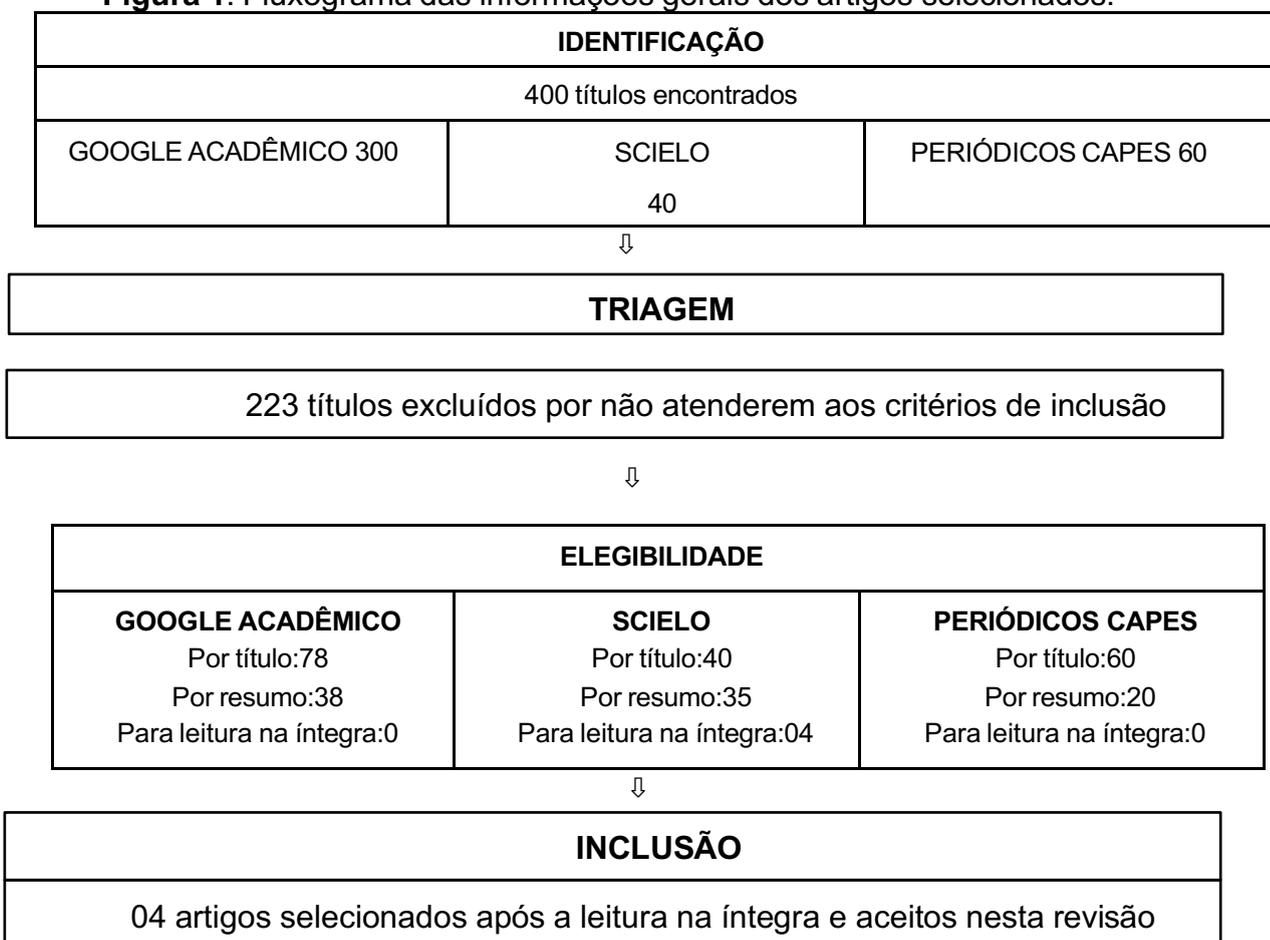
Para os estudos de intervenção, aplicou-se o checklist de Downs e Black (1998), utilizando-se o ponto de corte de 18 pontos. Este instrumento contém 27 itens que avaliam a qualidade da informação, validade interna (vieses e fatores de confusão), poder do estudo e validade externa.

O processo de seleção dos artigos iniciou-se com a análise de títulos, seguida pela leitura dos resumos dos estudos que atendiam aos critérios de inclusão ou cuja elegibilidade não podia ser determinada apenas pelo título. Os artigos selecionados para leitura na íntegra foram recuperados através do Portal de Periódicos da CAPES e subseqüentemente examinados de acordo com os critérios de inclusão predefinidos.

3. Resultados e Discussão

Os dados obtidos foram organizados por meio de fluxograma (Figura 1). Para a seleção dos artigos, na base de dados GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO, PERIÓDICOS CAPES foi realizado o cruzamento dos descritores resultando inicialmente em um total de 400 publicações. Posterior a aplicação dos filtros referente aos critérios de elegibilidade, 395 títulos foram excluídos considerando-se um total parcial de 78(GOOGLE ACADÊMICO), 40 (SCIELO) e 60 (PERIÓDICOS CAPES). Em seguida, após a leitura dos títulos e dos resumos, foram excluídos os artigos duplicados, por não corresponderem ao objetivo do presente estudo ou por não estarem disponíveis para a leitura. Logo, foram incluídos para a leitura na íntegra um total de 5 artigos um (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma das informações gerais dos artigos selecionados.



Fonte: Verçosa e Farias (2024).

**Quadro 1. Síntese dos artigos selecionados para esta revisão.**

Autor/Ano	Tipo de Estudo	Objetivo	Principais Resultados
Costa et al. (2019) - 20 pontos	Quase-experimental	Avaliar o efeito de uma intervenção sobre o engajamento em atividade física (AF) moderada a vigorosa e o comportamento sedentário (CS) de estudantes do sexto ao nono ano em escolas públicas durante o período escolar, nas aulas de educação física (EF) e nos recreios.	A intervenção não foi eficaz em aumentar a atividade física ou reduzir o comportamento sedentário. Ao contrário, o grupo de intervenção apresentou maior comportamento sedentário e menor atividade física nas aulas de EF, enquanto o grupo controle aumentou a atividade física e diminuiu o comportamento sedentário no período escolar.
Ferreira <i>et al</i> (2012) 19 pontos	Estudo de análise qualitativa.	Analisar os Diplomas Normativos emitidos sobre o Programa Saúde Escola (PSE), a fim de observar a contribuição e participação dos setores de saúde e educação na construção e implementação do programa, já que seu sucesso foi fundamentado na intersectorialidade entre esses setores	A análise dos Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola (PSE) revelou uma participação desequilibrada entre os setores de saúde e educação. O estudo mostrou que o setor da saúde desempenha um papel predominante em áreas como o financiamento das ações, centralização no processo de adesão coordenação da Comissão Intersetorial de Educação e Saúde na Escola (CIESE). Isso demonstra que a participação da educação no PSE é menos expressiva que a da saúde
Corrêa Neto et al. (2014) -21 pontos	Transversal	Identificar a prevalência de hipertensão arterial sistêmica em adolescentes estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas estaduais dentro do município do rio de Janeiro com idade entre 17 e 19 anos, bem	A prevalência de hipertensão arterial sistêmica (HAS) entre adolescentes de 17 a 19 anos em escolas públicas do Rio de Janeiro foi de 19,4%. O estudo também destacou que o sexo masculino, o sobrepeso e a



		como investigar as associações de hipertensão arterial sistêmica com obesidade e níveis de atividade física.	obesidade estão associados de forma positiva e significativa à hipertensão, enquanto a atividade física não mostrou associação significativa. Esses achados sugerem a necessidade de mais investigações sobre os fatores de risco para HAS nessa faixa etária.
Radtke Bubolz <i>et al.</i> (2018) – 19 pontos	Transversal	Avaliar o consumo alimentar de escolares conforme o tipo de alimentação consumida em escolas de zona rural no sul do Brasil, com foco em adolescentes de escolas públicas rurais do município de Canguçu, RS. O estudo também investigou a relação entre o tipo de alimentação (trazida de casa, fornecida pela escola ou comprada na escola) e o consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis	Consumo de alimentos saudáveis entre os adolescentes de escolas rurais de Canguçu, RS, foi baixo, mesmo sendo uma população rural. Apenas 31,2% dos alunos consumiram frutas frescas ou salada de frutas mais de três vezes por semana, e 89,4% consumiram legumes e verduras cozidos e salada crua menos de quatro dias por semana. Por outro lado, um percentual significativo de alunos consumiu alimentos não saudáveis, como refrigerantes (18,6%) e biscoitos doces ou recheados (31%) por mais de quatro dias na semana anterior.

Fonte: Verçosa e Farias (2024).

O autor Costa et al (2019), avaliou o efeito de uma intervenção chamada "Mexe-se", que tinha como objetivo aumentar a atividade física moderada a vigorosa (AFMV) e reduzir o comportamento sedentário (CS) entre estudantes do sexto ao nono ano de escolas públicas. A intervenção incluiu mudanças nas aulas de educação física, disponibilização de materiais esportivos nos recreios e sessões educativas. Os resultados mostraram que a intervenção não foi eficaz em aumentar a atividade física ou reduzir o comportamento sedentário. Contrariamente ao esperado, o grupo de intervenção apresentou uma redução na atividade física

durante as aulas de educação física e um aumento no comportamento sedentário. Fatores como a greve dos funcionários e o clima (com mais dias de chuva na escola de intervenção) foram apontados como possíveis influências negativas nos resultados. O estudo concluiu que novas estratégias e um controle maior de fatores ambientais são necessários para alcançar resultados mais eficazes.

A autora Ferreira et al (2012), teve a seguinte análise os diplomas normativos emitidos sobre o Programa Saúde na Escola (PSE), focando na intersectorialidade entre os setores de saúde e educação, e no equilíbrio entre eles na implementação e execução do programa. Os autores constataram que a participação dos setores de saúde e educação no PSE não é equânime. O setor da saúde exerce um papel predominante, principalmente no financiamento das ações, na centralização do processo de adesão e na coordenação da Comissão Intersetorial de Educação e Saúde na Escola. A educação tem uma participação menor na estruturação e execução do programa

Junqueira (2000) e Magalhães e Bodstein (2009) confirmam as dificuldades prejudicadas na implementação de ações intersectoriais, onde o protagonismo de um setor (saúde) pode limitar a contribuição efetiva de outros setores, como a educação.

Segundo Corrêa Neto; et al (2014), observaram a prevalência de hipertensão arterial sistêmica (HAS) em adolescentes de 17 a 19 anos, estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro, além de associações com obesidade, sobrepeso, sexo e atividade física. Eles encontram o seguinte resultado A prevalência de HAS foi de 19,4%. Fatores como sexo masculino, excesso de peso e obesidade foram significativamente associados à hipertensão. No entanto, não encontrou associação significativa entre atividade física e hipertensão

Os escritores Ronan Simões Saboia e Denise Gigante (2010) demonstrou uma prevalência de hipertensão arterial sistêmica (HAS) em adolescentes de 17 a 19 anos e sua associação com obesidade, sobrepeso e sexo masculino, pode ser confirmada por diversos estudos que relacionam esses fatores ao desenvolvimento de hipertensão em jovens

O estudo conduzido por Radtke Bubolz et al. (2018) teve como objetivo avaliar o consumo alimentar de 526 escolares em 12 escolas rurais de Canguçu, RS, como parte do projeto "Educação Física Praticando Saúde na Escola". A maioria dos alunos (88%) consumia a alimentação gratuita fornecida pela escola, no entanto, foi identificado que entre 15% e 31% dos estudantes consumiram alimentos não saudáveis, como hambúrgueres, frituras e refrigerantes, mais de três dias por semana. Por outro lado, os alunos que levavam lanches de casa tendiam a consumir mais alimentos saudáveis, como frutas frescas e saladas, mas também apresentaram maior frequência de consumo de alimentos não saudáveis, como refrigerantes e salgadinhos. Os resultados destacam que o consumo de alimentos saudáveis entre os estudantes era baixo, especialmente frutas e verduras. A pesquisa concluiu que intervenções são necessárias para melhorar os hábitos alimentares dessa população, com o objetivo de promover uma alimentação mais saudável nas escolas rurais.

A autora teve como objetivo avaliar o consumo alimentar de escolares conforme o tipo de alimentação consumida em escolas de zona rural no sul do Brasil, com foco em adolescentes de escolas públicas rurais do município de Canguçu, RS. O estudo também investigou a relação entre o tipo de alimentação (trazida de casa, fornecida pela escola ou comprada na escola) e o consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis

Monteiro, Carlos Augusto (2016) Pesquisador brasileiro renomado que trata das mudanças nos padrões alimentares no Brasil e no impacto dos alimentos ultraprocessados. Seus estudos sustentam a ideia de que o consumo de alimentos ultraprocessados, especialmente entre adolescentes, tem crescido, levando ao aumento de doenças crônicas, como obesidade, o que está em consonância com a conclusão de Radtke Bubolz et al. (2018) de que os adolescentes consomem alimentos não saudáveis.

4. Conclusão

A revisão sistemática realizada sobre a relação entre a educação física e a saúde no ambiente escolar público demonstrou a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada e intersetorial para promover a saúde dos estudantes de maneira eficaz. Ao longo dos anos, diversas políticas e programas, como o Programa Saúde na Escola (PSE), foram implementados com o intuito de unir os setores de saúde e educação, porém, os resultados ainda revelam uma predominância do setor de saúde nas ações e uma participação limitada da educação. Isso cria um desequilíbrio que compromete a eficácia das intervenções.

Além disso, a revisão apontou que as intervenções atuais, como programas para aumentar a atividade física e melhorar a alimentação dos alunos, enfrentam dificuldades devido a fatores como a falta de infraestrutura nas escolas e as condições socioeconômicas dos estudantes. As altas taxas de hipertensão e obesidade entre os adolescentes em escolas públicas destacam a necessidade de políticas públicas que considerem não apenas o incentivo à prática de atividades físicas, mas também os determinantes sociais da saúde, como o acesso a uma alimentação saudável e a conscientização sobre hábitos de vida saudáveis.

Portanto, conclui-se que a educação física nas escolas públicas deve ir além do esporte e do rendimento físico, adotando uma perspectiva mais ampla que inclua a promoção da saúde de forma holística, considerando os contextos socioeconômicos e culturais dos alunos. Somente com uma abordagem colaborativa entre saúde e educação, será possível desenvolver ações mais eficazes que promovam o bem-estar integral dos estudantes e contribuam para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Referências

- BATISTA, M. *et al.* **Alimentação escolar: contribuições e desafios para a promoção da saúde.** Revista de Nutrição, 33(2). 2020.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1998.
- BUBOLZ, C. T. R. *et al.* **Consumo alimentar conforme o tipo de alimentação consumida em escolas de zona rural no Sul do Brasil.** Ciencia & saude coletiva, v. 23, p. 2705-2712, 2018.
- BUBOLZ, W. *et al.*, **Impactos da alimentação e prática de atividade física no ambiente escolar.** Revista Brasileira de Saúde Escolar, 25(1). 2018
- CASPERSEN, C. J. *et al.*, **Physical activity, exercise, and physical fitness: Definitions and distinctions for health-related research.** Public Health Reports, 100(2), 126-131, 1985
- CORREIA N. V. *et al.* (). **Prevalência de hipertensão arterial em adolescentes e sua relação com a obesidade em escolas públicas.** Revista de Saúde Pública, 48(5), 2014
- COSTA, F. *et al.* **Avaliação da intervenção "Mexa-se" em escolas públicas.** Journal of Physical Education and Sport, 19(3), 2019.
- FERREIRA, H. S., *et al.*, **A promoção da saúde nas escolas: O papel do Programa Saúde na Escola.** Cadernos de Saúde Pública. 28(4), 709-721, 2012
- WIWANITKIT, V. **Climate change and leptospirosis.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 3451-3451, 2012.
- GALDINO DA COSTA, B. G., S, M. C., & F, J. C. **Avaliação de intervenção em atividade física e comportamento sedentário em escolas públicas.** Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, 24, 1-12, 2019.
- JUNQUEIRA, L. P. **Intersetorialidade, transitoriedade e redes sociais em saúde.** Revista de Administração Pública, 34(6), 35-45, 2000.
- JUNQUEIRA, L. P. **Políticas públicas de saúde e educação.** Revista de Saúde Pública, 34(6), 560-568, 2000.
- KAWACHI, I., & B, L. F. **Social cohesion, social capital, and health.** Social Epidemiology, 174-190, 2000.
- MAGALHÃES, R., & B, R. **Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados.** Ciência & Saúde Coletiva, 14(3), 861-868, 2009
- MAGALHÃES, R; B, R. **Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 3, pág. 861-868, 2009.
- MARMOT, M. **Social determinants of health inequalities.** The Lancet, 365(9464), 1099-1104, 2005.

- MONDINI, L.; M, C. A. **Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988)**. Revista de Saúde Pública, v. 5, pág. 433-442, 1998.
- MONTEIRO, C. A. *et al.* **A epidemia de obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis**. Revista de Saúde Pública, 44(2), 2018.
- MONTEIRO, C. A. *et al.*, **The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultraprocessing**. *Public Health Nutrition*, 21(1), 5-17, 2018
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, 6(3), 2001.
- NEUTZLING, M. B., *et al.*, **Hábitos alimentares de adolescentes escolares de Pelotas, Brasil**. *Revista de Nutrição*, 23(3), pág. 379-388, 2010.
- OLIVEIRA, D. L. **A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13(3), 423-431., 2005.
- OLIVEIRA, D. L. **Educação em saúde: limites e desafios para uma nova prática**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 1049-1060, 2005.
- PRISTA, A. *et al.*, **A prática de atividades físicas na adolescência e os riscos de doenças crônicas**. *Revista de Educação Física*, 88(1). 2017
- SABOIA, R. S.; G, D.P. **Prevalência de hipertensão arterial sistêmica em adolescentes e associação com fatores de risco**. *Revista de Saúde Pública*, v. 5, pág.